

RESUMO

REFERENCIAIS DE QUALIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO COM OFERTA A DISTÂNCIA

Ministério da Educação (MEC), 2025

Os *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*, publicados pelo Ministério da Educação (MEC) em agosto de 2007¹, estavam organizados ao redor dos seguintes tópicos principais:

- a) concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- b) sistemas de comunicação;
- c) material didático;
- d) avaliação;
- e) equipe multidisciplinar;
- f) infraestrutura de apoio;
- g) gestão acadêmico-administrativa;
- h) sustentabilidade financeira.

Em maio de 2025, no processo de revisão do marco regulatório da Educação a Distância (EaD), o MEC publicou os *Referenciais de Qualidade de Cursos de Graduação com Oferta a Distância*².

O documento tem uma introdução, que contextualiza sua elaboração, seguido de uma seção de conceituação, que termina com o conceito proposto pelo MEC para EaD:

Educação a distância é a oferta educacional organizada de modo que os processos de ensino e aprendizagem, síncronos ou assíncronos, ocorram

¹ <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead>

² https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-regulacao-supervisao-educacao-superior/ead/documentos/referenciais_qualidade.pdf

com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, permitindo que estudantes e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos. (p. 7).

Os Referenciais estão então divididos em 6 seções:

- a) concepção do curso;
- b) experiência dos estudantes;
- c) docência;
- d) ensino e aprendizagem;
- e) polos de educação a distância como espaço educativo;
- f) integração institucional, gestão da qualidade e repercussão no contexto social e acadêmico.

A seção de “Concepção do Curso” indica as características que devem constar em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assim como sua articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

A seção “Experiência dos Estudantes” explora, dentre outros aspectos, a articulação entre autonomia, interatividade e mediação pedagógica, além de tópicos como acessibilidade e inclusão digital, garantia de direitos, devolutivas pedagógicas e apoio ao desenvolvimento acadêmico.

A seção “Docência” apresenta a descrição e as funções de uma diversidade de papéis dos agentes no ensino e aprendizagem na educação superior a distância: professor conteudista, professor regente, mediador pedagógico online, mediador pedagógico presencial e coordenador de curso. Há ainda a menção à equipe técnica multidisciplinar, constituída por “funções de designer educacional, designer gráfico, revisor(a) técnico-científico(a), revisor(a) e curador(a) de conteúdo, especialista em acessibilidade, produtor(a) audiovisual, coordenador(a) de estágio, entre outras.” (p. 17).

A seção “Ensino e Aprendizagem” está dividida em vários tópicos:

- a) dinâmica dos processos de ensino e aprendizagem;
- b) ambientes profissionais;

- c) materiais didáticos (com uma série de orientações gerais para sua elaboração);
- d) plataformas tecnológicas digitais de ensino;
- e) avaliação do estudante.

Há menções a três dimensões críticas para a EaD (pessoas, conteúdo e tecnologias), articulação entre ferramentas tecnológicas e metodologias, metodologias ativas, trilhas de aprendizagem, interação entre estudantes e professores, diferentes tipos de atividades (presenciais, síncronas e assíncronas) e práticas laboratoriais que devem ser oferecidas presencialmente nos polos.

Para o MEC, “é importante para as IES, em estreita colaboração com os polos, fomentar parcerias com ambientes profissionais nas cidades onde estão localizados seus polos com aderência às ofertas de cursos de graduação com oferta a distância.” (p. 26).

As plataformas tecnológicas digitais de ensino mencionadas são: ambientes virtuais de aprendizagem (AVA); plataformas de videoconferência; plataformas de biblioteca digital; plataformas de educação colaborativa em nuvem; plataformas de avaliação e devolutivas de progresso acadêmico; plataformas de tecnologias emergentes; e plataformas de laboratórios virtuais.

Há várias orientações em relação à avaliação dos estudantes: cada unidade curricular a distância dos cursos de graduação (exceto os estágios) deve ter, pelo menos, uma avaliação presencial no polo; deve haver pelo menos uma avaliação presencial no polo no máximo a cada 10 semanas da oferta da unidade curricular; o peso das avaliações presenciais deve ser majoritário na composição da nota final; e no mínimo um terço do peso da avaliação presencial deve ser composto por questões discursivas de análise e síntese.

A seção “Polos de educação a distância como espaço educativo” propõe uma infraestrutura mínima para o caso de oferta de cursos que não tenham atividades laboratoriais e número reduzido de alunos:

Um polo de educação a distância deve atender às normas da ABNT, abrangendo espaço de recepção, laboratório de informática, espaço para estudos e reuniões de alunos(as), sala de atendimento aos alunos(as), sala de aula e banheiros, adequados ao número de alunos(as) previstos para serem atendidos. Deve oferecer uma rede wi-fi com conexão de banda larga de boa qualidade. (p. 34).

Cada polo deve contar com um gestor acadêmico, e é proibido o compartilhamento de polos.

A seção final, “Integração institucional, gestão da qualidade e repercussão no contexto social e acadêmico”, está dividida em vários tópicos:

- a) governança e planejamento institucional da oferta de EaD;
- b) autoavaliação e monitoramento da EaD;
- c) experiências e percepções das comunidades interna e externa;
- d) impacto socioeconômico e no desenvolvimento local;
- e) internacionalização e papel das IES em um mundo interconectados.

Essa seção explora questões relacionadas a qualidade, taxas de evasão e empregabilidade, internacionalização do currículo e mobilidade internacional.

João Mattar

Presidente

Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)